

Educação superior e mercado de trabalho: um estudo com os egressos do curso de Serviço Social de 2007 e 2008 da FAMINAS-Muriaé

Wellington Alvim da Cunha¹, wellingtonalvimcunha@gmail.com; **Micheline Pires Sampaio**²

1. Acadêmico do 8º período do curso de Serviço da Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé, MG;
2. Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ; professora na Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé, MG.

Artigo recebido em 1º set. 2010 e aprovado em 4 out. 2010

RESUMO: O presente artigo apresenta um estudo sobre o trabalho profissional dos egressos formados na FAMINAS-Muriaé em 2007 e 2008, para conhecer o perfil dos profissionais e as condições de trabalho que se realiza. Além do conhecimento da inserção no mercado de trabalho, foram desvelados aspectos das transformações do mundo do trabalho e da formação profissional. A pesquisa apresentou subsídios sobre a realidade na empregabilidade dos egressos de Serviço Social da FAMINAS-Muriaé, para discussões entre os discentes e docentes para o aprimoramento do ensino na faculdade.

Palavras-chave: trabalho profissional, mercado de trabalho, egresso de Serviço Social.

RESUMEN: La educación superior y el mercado laboral: un estudio con estudiantes que se

graduaron de Trabajo Social, 2007 y 2008

FAMINAS-Muriaé. Este trabajo presenta un estudio sobre labor profesional de los graduados formados en Muriaé en 2007 y 2008, conociendo el perfil de los profesionales y las condiciones de trabajo que se lleva a cabo. Además del conocimiento de la inserción en el mercado de trabajo, se dio a conocer los aspectos del cambiante mundo del trabajo y la formación. La investigación mostró beneficios sobre la realidad en la empleabilidad de los graduados de Trabajo Social - Faminas-Muriaé, para el debate entre estudiantes y profesores para mejorar la educación en la universidad.

Palabras llaves: capacitación laboral, mercado de trabajo, licenciatura em Trabajo Social.

ABSTRACT: Higher education and the job market: a study with students who graduated from Social Work, 2007 and 2008 at FAMINAS-Muriaé. This work presents a study on the professional work of graduated at Faminas-Muriaé in 2007 and 2008, knowing the profile of professionals and working conditions which take place. Besides the knowledge of the insertion in the labor market, aspects of the changing world of work and training were unveiled. The research showed benefits on the reality of employability of graduates of Social Work from Faminas-Muriaé, for discussions between students and teachers to improve education in college.

Keywords: job training, job market, graduated in Social Work.

Introdução

O eixo deste estudo é compreender a situação atual no mercado de trabalho, analisando condições objetivas da inserção do egresso do curso de Serviço Social na microrregião de Muriaé, bem como verificar o movimento

presente no mercado no momento de absorver o egresso da educação superior. Busca também saber sobre o perfil profissional de seus egressos no que se refere à inserção no mercado de trabalho, principais dificuldades e desafios enfrentados, remuneração, condições de trabalho, tempo para o ingresso, dentre outros aspectos relevantes à compreensão desse espaço de trabalho.

I – Serviço Social da Zona da Mata Mineira e a FAMINAS

A região da Zona da Mata Mineira possui 144 municípios de um total de 853 municípios do Estado de Minas Gerais. Dentre os 144 municípios da Zona da Mata, 15 possuem instituições de ensino superior (IES) reconhecidas pelo MEC e entre essas, sete cidades ofertam curso de Serviço Social presenciais, sendo sete privadas e uma pública. Entre as privadas, temos a Faminas em Muriaé; Unipac-Ubá, Unipac-Leopoldina, Esuv-Viçosa, Universo-JF, Favale-Carangola e Facig, em Manhuaçu, e a única pública, a Escola de Serviço Social da UFJF.

Investimentos públicos na educação têm sido realizados na região como extensão do IFET de Rio Pomba e da UFJF, mas são tímidos em relação ao massivo investimento realizado pelo setor privado.

Segundo Carvalho (2009, p. 61), “o crescimento do ensino de Serviço Social nas Instituições de Particulares de Ensino Superior (IPES) em Minas Gerais, particularmente na Zona da Mata, acompanha a dinâmica expansionista apresentada em todo o país.”

É importante salientar que os investimentos em outros setores produtivos encontram-se em franca decadência há alguns anos na Zona da Mata mineira, que no século XIX foi uma região importante e das mais prósperas do Estado; hoje apresenta uma realidade muito diferente: alguns municípios da mata mineira apresentam valores de PIB per capita semelhantes aos das regiões mais pobres do Estado – Norte de Minas e Vales do Jequitinhonha e Mucuri (ROCHA apud CARVALHO 2009, p. 119).

Neste contexto, o município de Muriaé tem importância vital na região da Zona da Mata, sobretudo por possuir em seu entorno grande potencial de aglutinação econômica para a manutenção de uma rede de serviços. A política de Assistência Social em Muriaé vem evoluindo gradativamente, o município de Muriaé e a região contam hoje com uma estrutura assistencial diversificada, requisitando de profissionais qualificados para atender à demanda da cidade e região.

Lopes (2006) em **O caso FAMINAS em Muriaé-MG** traz diversas informações, como:

Muriaé é um pólo aglutinador para as cidades e regiões circunvizinhas, o que significa que, enquanto território, possui uma rede de integração bastante peculiar. A malha rodoviária que cerca o Município, principalmente com a Rodovia Rio/Bahia, estabelece um complexo de variáveis, que indicam uma perspectiva promissora em termos de investimentos produtivos, embora com limitações de acesso a serviços públicos à disposição da sociedade (LOPES, 2006, p. 130).

A Lael Varella Educação e Cultura Ltda., cujo nome fantasia é FAMINAS (Faculdade de Minas), assume importância significativa dentro dessa dimensão territorial da microrregião de Muriaé, pois incorpora diversos cursos que, antes, havia somente nos grandes centros.

O curso de Bacharelado em Serviço Social na FAMINAS foi autorizado pela portaria 2.971, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 23/10/2003, com 100 (cem) vagas, sendo 40 matutinas e 60 noturnas, para uma carga horária mínima de 3014 horas presenciais em oito semestres. A primeira turma na instituição iniciou-se em 02 de fevereiro de 2004, com turmas diurnas e noturnas, e já no ano de 2007 forma-se a primeira turma da região com 63 formandos.

O corpo docente do Serviço Social da FAMINAS em 2007 e 2008 foi constituído por seis professores assistentes sociais do quadro permanente: sendo um doutor, dois mestres e também professores de matérias de base (Português, Filosofia, Sociologia, História, Psicologia e Antropologia).

O curso de Serviço Social obteve conceito institucional quatro no ENADE 2007, uma destacada colocação perante as diversas escolas de Serviço Social existentes em Minas Gerais, o que demonstra que a grade curricular e o aprendizado dos alunos estão em consonância os melhores currículos do curso no Brasil, movidos pela ética e pelo profissionalismo dos docentes.

É importante destacar, numa projeção, que a partir do ano de 2013, período em que a Faminas já terá lançado suas seis primeiras turmas, o total de egressos será, aproximadamente, de 260 assistentes sociais.

Certamente, a chegada do curso de Serviço Social da FAMINAS e a implementação e organização do Sistema Único de Assistência Social contribuíram e contribuem para uma nova configuração no mercado de trabalho na microrregião de Muriaé, que vem refletindo vagas de trabalho na organização da Assistência Social na região.

Como o curso mais próximo de Serviço Social na região até 2004 situava-se na cidade de Juiz de Fora, na UFJF, o curso da FAMINAS teve o privilégio de

ser o segundo curso da Zona da Mata Mineira, o primeiro privado da microrregião. Assim os alunos formados foram gradualmente absorvidos pelo mercado de trabalho que se encontra em processo de expansão.

II – Mercado de trabalho profissional

As transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir da década de 1970 são decorrentes das novas exigências da ordem capitalista. Essas transformações afetam diretamente as relações de classe, a organização dos trabalhadores e, ainda, as relações de trabalho. E, neste sentido, falar do perfil socioeconômico dos egressos do Serviço Social requer considerar todas estas transformações que têm colocado à profissão novos desafios.

O capital, em sua nova fase, cria determinadas estratégias que alteram profundamente a organização das relações de produção e a maneira de gerir a força de trabalho, com vistas a garantir a ampliação das taxas de lucros. Intensifica-se também a exploração do trabalho, a flexibilidade das leis trabalhistas, o uso de tecnologias entre outros agravantes que precarizam a força de trabalho no modo de produção capitalista.

O modo de produção capitalista em sua fase de reestruturação produtiva, no geral, tem afetado as relações de trabalho no mundo todo, como consequência tem produzido uma grande situação de desemprego estrutural e a precarização das relações e condições de trabalho através da desregulamentação do trabalho.

Um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica sócia voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital (ANTUNES, 2002, p. 15).

A classe trabalhadora nas últimas décadas, segundo Antunes (2002, p. 62)

[...] Sofreu diversas transformações com as mudanças dinâmicas do capitalismo, a classe fragmentou-se e se complexificou ainda mais. Tornaram-se polivalentes e qualificados, de acordo com os ditames da reestruturação produtiva e o modelo Toyotista, mas se desorganizou, visto a desmobilização dos sindicatos nos últimas décadas. Estas

mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora ainda mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, entre qualificados e desqualificados, mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes, etc.

Essas características ocorridas se manifestam em todos os segmentos dos trabalhadores, como a categoria de assistentes sociais, a qual se abordar a seguir.

III – Desafios para a inserção do assistente social no mercado de trabalho

A ampliação do mercado formal de trabalho do assistente social ocorreu nos marcos do padrão taylorista/fordista e da regulação keynesiana, associando emprego à indústria, ou seja, a atuação deste profissional justificado para o aumento de produção e acumulação de mais-valia.

As transformações no mundo do trabalho atingem sem distinção a todos os trabalhadores e categorias profissionais ao longo do processo sócio-histórico do capitalismo. Nesta pesquisa, buscou-se diagnosticar as particularidades do campo de trabalho do Serviço Social.

Segundo Iamamoto (2007, p. 415), “o Serviço Social é uma das especializações do trabalho, parte da divisão social e técnica do trabalho social. Na maior parte, a empregabilidade do assistente social se dá pelo trabalho subordinado e assalariado, ou seja,” são despossuídos dos meios de produção, não tendo alternativas de sobrevivência senão vender sua força de trabalho sob a forma de assalariamento” (ANTUNES apud GUIMARÃES, 2008, p. 32).

O Serviço Social, como profissão dentro dos direitos sociais, faz parte da proteção social garantida na Constituição de 1988.

O princípio constitucional de descentralização¹ processo esse repassado aos municípios deve ser considerado, uma vez que as funções administrativas

1 Entende-se por descentralização a redistribuição de poder, a redefinição de papéis e a responsabilização das três esferas de governo, a reorganização institucional e a reformulação de práticas. A descentralização, considerando os seus objetivos finalísticos, visa o fortalecimento da democratização e da equidade no interior do Sistema, potencializando o exercício da cidadania participativa no planejamento, acesso e controle das ações previstas na LOAS (NOB/AS 1998, p. 4).

não são mais centralizadas em um órgão, cabendo a cada prefeitura o gerenciamento do seu município.

A descentralização, num Estado mínimo é complexa,

[...] o que temos no Brasil é uma forma híbrida de Estado, que Sader chamou de mini-max, ou seja, mínimo para atender as necessidades do trabalho e do trabalhador, e máxima na realização dos objetivos de centralização e acumulação do capital (DEGENSZAIH apud GUIMARÃES, 2008, p. 31).

O emprego, nas últimas décadas, tem sofrido diversas transformações, afetando diretamente o profissional assistente social nas suas múltiplas particularidades.

A implementação da proposta do Estado neoliberal, os processos de municipalização e descentralização das políticas sociais, a intensificação da presença das chamadas Organizações Não-Governamentais – ONGs na execução de serviços de caráter público, as ações da filantropia empresarial, entre outras mudanças, nos remetem ao questionamento de como os profissionais de Serviço Social se inserem nos espaços sócio-ocupacionais (OLIVEIRA, 2006, p. 3).

Cabe ressaltar que o aumento das vagas tem relevância no Brasil,

Considerando que os municípios constituem espaços privilegiados para a articulação de laços entre políticos e a população, considerando também a necessidade de criação de todo um aparato administrativo e de serviços públicos, muitas vezes inexistentes antes das emancipações, e ainda, a lógica descentralizadora inaugurada pela Constituição Federal de 1988, identifica-se que foram criados muitos espaços políticos e cargos públicos – tanto na abertura de vagas para o funcionalismo, quanto através de novos cargos eletivos (CARVALHO, 2009, p. 71).

A empregabilidade tem se ampliado gradativamente nos últimos anos, principalmente com os novos marcos legais da política de Assis-

tência Social, como a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)² em 2005.

Conforme Carrigo apud Minarelli (2006), a empregabilidade é entendida como condição de ser empregável, ou seja, conseguir emprego em função de conhecimentos, habilidades e atitudes intencionalmente desenvolvidos por meio do treinamento e desenvolvimento sintonizados com as necessidades e tendências do mercado de trabalho.

O aumento de emprego da área de Serviço Social acompanha o expansionismo das políticas sociais ocorrido em todo o Brasil, aumentando progressivamente o número de colocações no mercado de trabalho, principalmente para o setor público, o maior empregador da categoria.

O mercado de trabalho do Serviço Social determina a sobrevivência através do trabalho assalariado, ou seja, “são despossuídos dos meios de produção, não tendo alternativas de sobrevivência senão vender sua força de trabalho sob a forma de assalariamento” (ANTUNES, 2002, p. 109).

No Brasil, segundo dados do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (2010) “São cerca de 80 mil assistentes sociais ativos, o segundo maior contingente mundial, só superado pelos EUA – com 150 mil profissionais – em um total de 500 mil assistentes sociais no mundo” (IAMAMOTO, 2008, p. 134).

Porém, cabe avaliar que,

[...] uma parcela significativa da categoria assistentes sociais vivencia a luta pela inserção ao mercado de trabalho com incertezas e fragilidades, tendências a uma inserção precarizada, a convivência com o desemprego e maior competição, porém, no conjunto dos elementos trabalhados verificamos que não se trata de uma retração deste

- 2 O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo território nacional dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de caráter continuado ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil. O SUAS foi à principal deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília (DF), em 2003, e se inscreve no esforço de viabilização de um projeto de desenvolvimento nacional, que pleiteia a universalização dos direitos à Seguridade Social e da proteção social pública com a composição da política pública de assistência social em nível nacional. (Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2010.).

mercado. Pelo contrário, é um mercado em expansão o que demonstra a legitimidade alcançada pela profissão em seus 70 anos de efetivo exercício profissional no Brasil (RODRIGUES, 2006, p. 100).

Desta forma,

[...] a convicção de que educação superior possa ser o elemento garantidor de ascensão social e, sobretudo, de empregabilidade, aparece articulada ao discurso do individualismo e da exclusiva auto-responsabilização dos sujeitos por seu progresso pessoal, ou seja, cada um deve investir na sua qualificação para o trabalho (CARVALHO, 2009, p. 56).

O mercado de trabalho brasileiro tem demonstrado o acirramento da competitividade e da exigência de profissionais mais capacitados e com condições de atender aos padrões de qualidade, para um mercado que exige do profissional mais do que seu conhecimento teórico, exige qualidade, desempenho, atualização, criatividade e iniciativa, visando sempre alcançar a melhoria e inovação para a eficiência no atendimento aos usuários das políticas sociais.

Para que as ações da política pública de Assistência Social se efetivem nos municípios, faz-se necessária a contratação dos assistentes sociais, atendendo também a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH SUAS), embora caracterizado pela precarização do trabalho, baixos salários e submetidos a uma carga horária insuficiente para atender a demanda dos serviços, além das expectativas dos usuários, do contratante e deles próprio.

O assistente social, para concorrer a uma vaga no mercado de trabalho, deve contemplar características profissionais que considerem, além da boa formação de caráter ético político, teórico metodológico, qualidades técnicas operativas, característica muito cobrada ultimamente nas empresas privadas, aglutinando características profissionais que requer um profissional que seja resolutivo, efetivo, tenha iniciativa, criatividade, domínio da informática e domínio da língua padrão.

A criação de secretarias de Assistência Social nos municípios brasileiros é recente. Teve início principalmente no decorrer na década de 1990, com a promulgação da CF/88 e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), mais intensivamente nos município de médio e grande porte. As cidades de pequeno porte, que tem uma população menor do que 20.000 habitantes, sequer tinham Secretaria de Assistência Social ou, quando tinham, eram vinculadas à

Secretaria de Saúde, Habitação, Educação entre outras. A título de exemplo, a cidade de Muriaé que em 2003 tinha apenas um assistente social e que, sete anos depois essa mesma secretaria tem 14 assistentes sociais, um aumento de 1.400% na oferta de assistente social. Somente com a criação do Sistema Único de Assistência Social, na sistematização, descentralização e o aumento das políticas públicas no Brasil, que possibilitou que as prefeituras de pequenas e médias cidades brasileiras se organizassem como secretaria independente e autônoma, mesmo com todas as dificuldades, possibilitando a oferta e atenção de serviços de qualidades à população usuária.

O aumento do número de empregos para assistentes sociais está intimamente relacionado com o processo de descentralização da CF/88 e LOAS e com a criação do SUAS, uma vez que, para os municípios obterem recursos da União é necessária a contratação de assistente social além de outros profissionais que compõem a equipe multidisciplinar para atuar com a política de Assistência Social.

É possível analisar que há forte indicativo que o assistente social passa a ser uma profissão mais reconhecida pela sociedade principalmente com a efetivação das Políticas de Assistência Social no Brasil.

O aumento considerável da oferta de assistentes sociais na região de Muriaé contribui para uma nova configuração no mercado de trabalho em Assistência Social na região, refletindo positivamente na oferta de trabalho e organização da categoria e, negativamente, com o desemprego e precarização do trabalho entre outros aspectos discutidos nessa pesquisa.

IV – Formação profissional e expansão do emprego

A formação do assistente social se apresenta como um dos muitos desafios enfrentados pela categoria profissional. O Código de Ética Profissional afirma que a formação do assistente social deve atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades. E, por isso, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS e o próprio Conselho Federal de Serviço Social – CFESS têm insistido para que os cursos de Serviço Social desenvolvam propostas de pesquisa, ensino e extensão que possam subsidiar os debates da formação profissional para que a profissão não caia no *tecnicismo*.

A inserção no mercado de trabalho faz com que o profissional valide constantemente a sua competência, aperfeiçoe suas fragilidades, direciona-se ao alvo desejado e inicie planos de desenvolvimento. Nesse sentido, cabe a universidade direcionar os acadêmicos sobre formas

complementares para melhor preparar-se e condições para atualização contínua e permanente (CARRIJO, 2006, p. 38).

Com o aumento acelerado de um exército ativo de assistentes sociais, já em plenas condições de exercer suas funções,

[...] a curto prazo, traz sérias implicações para o exercício profissional e para as relações de trabalho e condições salariais por meio das quais se realiza. Pode-se antever um crescimento acelerado do desemprego nessa área, pois dificilmente a oferta de postos de trabalho poderá acompanhar no mesmo ritmo, o crescimento do contingente profissional, pressionando o piso salarial, a precarização das condições de trabalho e aumentando a insegurança do trabalho (IAMAMOTO, 2007.p. 440).

Com o crescimento do contingente profissional e concomitante a elevação das vagas em Serviço Social, segundo Iamamoto (2007, p. 440) “poderá desdobrar-se na criação de um *exercito assistencial de reserva*”. Assim proporcionando o aumento do trabalho precarizado, voluntariado e para até o ilegal pregão³ de empregos dentro do Serviço Social.

Convém ressaltar que, com o aumento de vagas no ensino superior privado, conseqüentemente, o aumento das escolas de Serviço Social resultou num conjunto de novas demandas investigativas sobre a realidade dos estudantes e egressos dessa nova geração de assistentes sociais. A expansão e oferta acelerada de vagas em Serviço Social põem em dúvida acerca da qualidade do ensino e a inserção dos formandos no mercado de trabalho, visto que apesar da ampliação das vagas de trabalho para o profissional, sabe-se que a demanda em relação aos formandos ainda é pequena.

Desta forma, houve um aumento conjunto entre a oferta de cursos de Serviço Social e oferta de emprego na área, porém o aumento de vagas na universidade acontece num estágio superior ao da oferta de mão de obra.

3 Pregão de empregos públicos é entendido como uma prática ilegal de contratação de profissionais para a esfera pública por meio de um pregão de salários, ou seja, que se submeter a trabalhar mais por um menor salário fica com a vaga.

Esse acelerado aumento de oferta de cursos de Serviço Social põe em evidência a qualidade do curso por que a categoria sempre lutou. Segundo Iamamoto

O crescimento exponencial do contingente profissional no curto prazo traz sérias implicações para o exercício e para as relações de trabalho por meio das quais ele se realiza. Dificilmente a oferta de postos de trabalho poderá acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento do contingente profissional, pressionando o piso salarial, a precarização das condições de trabalho, aumentando a insegurança do trabalho e o desemprego.

A hipótese é que o crescimento do contingente profissional, ainda que reflita a expansão do mercado de trabalho especializado, poderá desdobrar-se na criação de um exército assistencial de reserva, ou seja, tornar-se um recurso de qualificação do voluntariado no reforço do chamamento à solidariedade. Isso, em um ambiente político que estimula a criminalização da “questão social”, em especial, das lutas dos trabalhadores. Essa tendência acopla-se à assistencialização das políticas sociais em detrimento de um efetivo processo de redistribuição de renda e universalização (2007, p. 440-441).

O Estado capitalista neoliberal com o modelo educacional mercantilista não tem possibilitado a realização de uma educação comprometida com a transformação social, e nem se poderia esperar isto, em se tratando de um mundo hegemonicamente capitalista, mas o Serviço Social brasileiro, mesmo com todas as forças contrárias ao projeto ético político, vem encontrando forças para manter a qualidade no ensino profissional que sirva para construção de projeto de sociedade que atenda aos interesses coletividade, que incorpore as reais demandas da classe trabalhadora.

A boa formação profissional depende de fatores pessoais, institucionais e governamentais. O profissional poderá ou não estar preparado para desempenhar um bom trabalho, mas cabe a universidade formadora a responsabilidade de oportunizar os estudantes no período de graduação momentos para o desenvolvimento e habilidades intelectuais para ter condições de atender aos padrões de qualidade num mercado cada vez mais competitivo. Esse preparo deve congrega competências no aspecto ético-político, teórico-metodológico e técnico operativo.

V – Método

A pesquisa foi desenvolvida junto a egressos formados na Faminas durante o ano de 2007 e 2008. Selecionou-se, por amostragem, o grupo constituído por 38 egressos do Curso de Serviço Social. Destes, 33 devolveram o questionário, sendo o foco da pesquisa.

Foi escolhida a metodologia de amostragem aleatória simples, realizado através de sorteio, sendo excluídos os egressos não localizados. No ato da entrega do questionário, após explicação, foram garantidos o sigilo e anonimato e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O período de coleta de dados foi de março a julho de 2010.

A coleta de dados iniciou-se com o levantamento dos formandos de 2007 e 2008 junto à Coordenação Pedagógica e também levantamento junto ao convite de formatura.

Foi estabelecido prazo de 60 dias para devolução dos questionários, que ocorreu entre o período de 1º de março a 1º de julho de 2010.

VI – Resultados e discussão

Analisando o Gráfico 1, quanto ao sexo, 29 (87,87%) dos egressos são do sexo feminino e 4 (12,13%) do sexo masculino. Os dados confirmam a presença hegemonicamente feminina, e que os egressos do curso de Serviço Social da FAMINAS têm a presença feminina próxima a média nacional que é de 93,8%.⁴

Segundo Iamamoto (2008, p. 447),

[...] A questão do gênero é um dos determinantes-chaves para decifrar o trabalho do assistente social: o mercado e as condições de trabalho, a efetivação das competências e atribuições profissionais, a imagem social da profissão e os dilemas da identidade profissional.

A faixa etária predominante foi de até 25 anos, 12 (36,37%), seguida por de 26 a 30 anos, 7 (21,21%).

Foram encontrados 24 (72,73%) dos egressos solteiros, 8 (24,24%) casados e 1 (3,03%) divorciado. Quanto à existência de filhos, 26 (78,78%) não tinham filhos e 7 (21,21%) tinham até 3 filhos.

4 Dado retirado do livro Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche, página 447.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2002 realizou pesquisa sobre indicadores sociais e constatou que os brasileiros estão se casando menos e mais tarde e tendo filhos também mais tarde. (IBGE, 2002). Isso explica o número reduzido de egressos com filhos já que a maioria 19 (57,57%) tem até 30 anos. E o fato de as mulheres terem filhos é um potencial dificultador de ingressar e permanecer no mercado de trabalho e também dar continuidade aos estudos.

Os egressos moram com famílias com renda familiar na maioria 13 (39,39%) entre 2.500,00 a 3000,00 por mês e um (3,03%) tem renda familiar acima de R\$ 5.000,00 e 4 (12,12%) vivem somente com até 1.000,00 de renda.

Conforme Tabela 1, pode-se verificar que 12 (36,36%) trabalham e se sustentam; 10 (30,30%) trabalham e contribuem com o sustento da família e um (3,03%) trabalha e é o principal responsável pelo sustento da família. Com isso, percebe-se que os assistentes sociais assalariados são de muita importância para o sustento e complementação da renda familiar.

Quanto aos locais de residência, os egressos foram pesquisados incluindo dois momentos da sua vida, enquanto graduando e residência atual. Durante o curso de graduação, 14 (42,42%) moravam em Muriaé, e continuam morando em Muriaé. Durante a graduação 7 (21,21%) moravam fora de Muriaé e trabalham ou moram na terra natal e 12 (36,36%) trabalham ou moram em local diferente ao da residência quando faziam o curso.

Os pesquisados indicam que alguns egressos retornaram para as cidades de origem, outros migraram para cidades do interior de Minas Gerais e municípios de outros estados.

6.1 – Inserção no mercado de trabalho e atuação profissional

Este item compreende a trajetória dos egressos para inserção no mercado de trabalho e a relação entre a sua atuação profissional e a realidade da prática.

Dos 33 egressos pesquisados neste estudo, 26 (78,78%) estão inseridos no mercado de trabalho e sete (21,21%) não estavam trabalhando no período da pesquisa.

O assistente social, ao ingressar no mercado de trabalho, segundo Iamamoto (2007, p. 217) é,

[...] condição para que possa exercer a sua profissão como trabalhador assalariado – vende a sua força de trabalho: uma mercadoria que tem valor de uso, porque responde a

uma necessidade social e um valor de troca expresso no salário. O dinheiro que ele recebe expressa a equivalência do valor de sua força de trabalho com todas as outras mercadorias necessárias à sua sobrevivência material e espiritual, que podem ser adquiridas no mercado até o limite quantitativo de seu equivalente – o salário ou proventos-, que corresponde a um trabalho complexo que requer formação universitária.

A área que mais emprega na amostragem pesquisada foi da Assistência Social, 14 (56%), seguido por saúde, 6 (24%). Dos 25 egressos que estão trabalhando, 17 (68,68%) são em órgãos públicos e 8 (32,32%) privados, confirmando que o Estado é o que mais emprega assistentes sociais no Brasil. Esses profissionais que trabalham em órgãos públicos todos trabalham na esfera municipal, constatação essa que reafirma a descentralização das políticas sociais no Brasil após a promulgação da Constituição de 1988 e que antes eram executadas diretamente pelo governo federal através da extinta LBA.

Quanto à faixa salarial dos egressos, foi observado que a maior parte 12 (48%) recebem de 1.250,00 a 1.500,00; 4 (16%) até R\$1.000,00 e somente 6 (24%) recebem mais de R\$ 1.500,00. Segundo o Salário Dieese⁵ que mede o Salário mínimo necessário de acordo com o preceito constitucional está em R\$ 2.159,65, ou seja, o salário médio do assistente social dos egressos da Faminas Muriaé não supre as necessidades básicas previstas na Constituição de 1988, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

- 5 Salário mínimo necessário: Salário mínimo de acordo com o preceito constitucional “salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim” (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV). Foi considerado em cada Mês o maior valor da razão essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chegamos ao salário mínimo necessário.

A profissão de Serviço Social ainda não dispõe de um piso salarial regulamentado⁶ por Lei Federal, que possa assegurar uma faixa única de salários, para acabar com as discrepâncias salariais que se acentuam de instituição para instituição, de município para município. No entanto, observa-se que a tabela⁷ profissional do CFESS, ainda é pouco utilizada pela categoria como proteção e valorização de sua atividade profissional, visto que a minoria é autônoma, sendo a maioria sujeitos aos níveis de assalariamento de acordo com cada município. Observou-se que o salário médio da região de Muriaé encontra-se na faixa de R\$1.250,00 a R\$1.500,00.

Com dados extraídos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)⁸ contemplam aspectos pertinentes apenas do mercado de trabalho formal admitidos pelo regime CLT, e mostram que de janeiro de 2009 a maio de 2010 o setor que no setor ofertou 13 empregos com salário médio de R\$1.335,69.

Estes indicativos possivelmente advêm do vínculo empregatício com as prefeituras que dependem do recurso federal do Sistema Único de Assistência Social para o pagamento dos profissionais. Na região, atualmente o setor que apresenta melhor remuneração são as áreas de empresa, Judiciário e de Gestão.

Mesmo com a média salarial baixa, notou-se que 22 (88%) não exercem outra atividade profissional, trabalhando com dedicação exclusiva, sendo que o acúmulo de emprego pode prejudicar a qualidade do trabalho, pois envolve fatores de compatibilidade de horários, repousos semanais e estresse ocupacional.

6 O Projeto de Lei 5.278/2009 que regulamenta o piso salarial dos assistentes sociais encontra-se em processo de tramitação no congresso nacional, e fixa o piso em R\$ R\$ 3.720,00 para uma jornada de seis horas diárias e trinta horas semanais.

7 Apesar de não existir um piso salarial, a categoria dispõe de uma resolução do CFESS nº 418/01, que institui a Tabela Referencial de Honorários do Serviço Social, no Brasil. Fixa a hora técnica em R\$ 77,46 para graduados, R\$86,98 para especialistas, R\$109,63 para mestres e R\$ 123,92 para profissionais doutores. Tabela corrigida anualmente pelo ICV-DIEESE em setembro de cada ano.

8 Os dados extraídos do CAGED contemplam aspectos pertinentes apenas do mercado de trabalho formal em regime CLT, excluindo os estatutários, contratados e autônomos.

Após a conclusão do curso, para 22 egressos (66,67%) houve aumento na renda familiar e para 11 (33,33%) manteve estável. Esse resultado mostra que mesmo com a precarização do trabalho e a baixa remuneração, o título de curso superior ainda proporciona um fato relevante quanto ao salário e, consequentemente, o aumento da renda familiar.

Em relação ao tempo transcorrido entre o término da graduação e o início do primeiro emprego, cinco egressos (20%) ingressaram no mercado de imediato, seis (24%) levaram entre um ano e um ano e meio, e um (4%) mais de um ano e meio.

A inserção da maioria dos egressos em um curto espaço de tempo se justifica por ser a primeira e a segunda turma formada na FAMINAS. A tendência para as turmas posteriores é que o tempo de empregabilidade aumente, dependendo de fatores políticos e econômicos da época.

Os dados da Tabela 2 mostram que a forma de ingresso no emprego é, na maioria, por indicação e por envio de currículo, o que certamente é por contrato ou CLT. Os assistentes sociais selecionados por concurso ainda é muito baixo quatro (16%), visto que é preciso aumentar os concursos públicos em respeito ao princípio da impessoalidade e da meritocracia, contrário ao nepotismo e ao fisiologismo.

Conforme Tabela 3, a jornada média do assistente social foi diagnosticada em 40 horas semanais, sendo que 17 (68%) trabalham 40 horas, 3 (12%) 44 horas.

A intensiva jornada de trabalho pode interferir diretamente no desempenho e prática profissional, visto que as extensas jornadas de trabalho são desgastantes e dificultam a participação em atividades de educação continuada, prejudicando o desempenho profissional, dos usuários e da saúde do trabalhador e colocando-os em posição inferior da competitividade no mercado de trabalho. Foi aprovado no Senado em agosto de 2010 o projeto de lei que estabelece a jornada de trabalho do assistente social de 30 horas semanais, mas enquanto não é sancionado, os profissionais têm que conviver com o excesso de trabalho e com poucas condições de trabalho.

A maioria dos egressos está no seu primeiro emprego, apesar de existir 6 (24%) egressos no segundo emprego e três (12%) já estão no terceiro emprego, o que caracteriza nessa pesquisa que os egressos têm média rotatividade, que é determinado muitas vezes por questões salariais e políticas.

Quanto ao tempo de trabalho na instituição em que se encontram atualmente, seis (24%) dos egressos possuem de seis meses a um ano, e seis (24%) dos mesmos, de um ano a um e meio e quatro (16%) menos de 6 meses.

Com relação ao regime de trabalho, 15 (60%) são contratados, sete (28%) CLT, e apenas três (12%) são estatutários. Com esses dados, é possível perce-

ber que os contratados são maioria, o que representa que a precarização entre estes são maiores, já que não têm estabilidade, e nenhum direito quando saem ou são demitidos..

Quando perguntamos se participa de algum grupo profissional, 26 (78,78%), disseram que não participam de algum grupo profissional, que abrangem os Conselhos Regionais de Serviço Social, Núcleos de assistentes sociais e sindicatos. Notou-se que a categoria ainda está desorganizada, assim como outras categorias profissionais impulsionadas principalmente pelo ideário neoliberal expressa o enfraquecimento das organizações dos trabalhadores.

VII – Considerações finais

Os resultados encontrados neste trabalho mostram alguns aspectos da realidade dos assistentes sociais formados na FAMINAS em 2007 e 2008 do ensino privado brasileiro. Apesar do aumento da contratação de assistentes sociais, as precárias condições de trabalho, baixos salários, e o conflito das relações de trabalho é uma característica marcante e que se assemelha com a situação vivenciada por todos os trabalhadores.

O serviço Social para os egressos de Serviço Social da FAMINAS de 2007 e 2008 revelou como uma profissão muito promissora para os profissionais, pois absorveu grande parte dos formandos apesar do contexto global de desemprego. Cabe analisar em outras pesquisas se a empregabilidade seguirá o ritmo do recorte analisado em turmas posteriores a de formandos 2008.

O perfil predominante do assistente social formado na FAMINAS em 2007 e 2008 é feminino de até 25 anos, solteiro, residente na microrregião de Muriaé, empregado na área, iniciando a profissão em 05 meses, com salário médio de R\$1.250,00 a R\$ 1.500,00, jornada de trabalho de 40 horas, trabalhando na esfera pública, em regime de contrato, satisfeito no trabalho, que não pretendem mudar de emprego, e que avaliam que sua formação foi muito boa.

Pretende-se que esse estudo venha a contribuir para a formação profissional dos estudantes e para o desenvolvimento do Serviço Social na região de Muriaé. Além disso, esta pesquisa poderá contribuir como base para comparações em pesquisas posteriores com outros egressos dos anos posteriores aos de 2007 e 2008, que certamente suscitarão novos dados e indicadores de mudanças, sempre visando aumentar a qualidade da formação profissional.

Portanto, o desafio está lançado, rumo às mudanças necessárias, baseadas nos dados quantitativos e qualitativos coletados com aqueles que vivenciaram o processo de formação e que vivenciam os desafios do mercado de trabalho.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez; Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

CARVALHO, Clarice da Costa. **Serviço Social e privatização do ensino:** a precarização do trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior na Zona da Mata Mineira. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

Guimarães, G. T. D.; Rocha, M. A. M. Transformações no mundo do trabalho: repercussões no mercado de trabalho do assistente social a partir da criação da LOAS. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 7 n. 1 p. 23-41, jan/jun. 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LOPES, Marília de Fátima Marques. **A mediação do Estado na fronteira público-privado no processo de interiorização do Ensino Superior Privado na Zona da Mata Mineira:** O caso FAMINAS, em Muriaé-MG. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, A. L. et al. **Mercado de trabalho dos assistentes sociais em Mato Grosso, 2006.**

RODRIGUES, F. T. **Os impactos da desregulamentação do mercado de trabalho na profissão Serviço Social.** 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, SP, 2006.